



## MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES

III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3ª edição, de 06/12/2021 a 10/12/2021  
ISBN dos Anais: 978-65-81152-32-1

**CORRÊA; Mithaly Salgado<sup>1</sup>, CALMON; Lizie de Souza<sup>2</sup>, REZNIK; Gabriela<sup>3</sup>, FERREIRA; Marcella Sandim Couto Greco<sup>4</sup>, MENÉNDEZ-DELMESTRE; Karín<sup>5</sup>, BAPTISTA; Sabrina Ferreira<sup>6</sup>**

### RESUMO

Por muito tempo, o acesso à educação fora reservado estritamente aos homens. Somente no final do século XIX as primeiras escolas de ensino feminino surgiram, sendo estas destinadas ao ensino do magistério. Ainda assim, poucas mulheres ingressavam nessas instituições e, as que ingressavam, pertenciam às classes mais abastadas, eram estas mulheres brancas pertencentes às elites (Beltrão e Alves, 2009) [1]. A inserção de mulheres em instituições de ensino superior no Brasil data de 1879; neste ano, através de um decreto de lei, estabeleceu-se o direito às mulheres a frequentarem universidades e obterem títulos acadêmicos. Porém a presença restrita de mulheres no ensino primário e a formação diferenciada entre homens e mulheres tornava inviável o acesso destas ao ensino superior durante o século XIX, até a primeira metade do século XX (Beltrão e Alves, 2009). As mulheres, portanto, foram excluídas por um longo tempo dos espaços de produção do conhecimento, fazendo com que estes espaços, como as universidades, se desenvolvessem e se reproduzissem a partir de uma lógica masculina e patriarcal.

Tomamos como ponto de partida para esse resumo a construção da maternidade ao longo da história. A maternidade evoca-se como destino natural da mulher e se constitui a partir de atributos e papéis sociais construídos historicamente (Badinter, 1985) [2], sendo estes considerados intrínsecos ao gênero feminino, tais como a vocação para o cuidado do lar, do marido e dos filhos, os mesmos discursos, que não coincidentemente, foram usados na exclusão educacional histórica das mulheres. Badinter (1985) discorre sobre os processos históricos, políticos, sociais e culturais que levaram à evocação de um sentimento, consolidado e difundido na Modernidade, de amor materno. Este sentimento, segundo a autora, foi construído através dos discursos teológicos, filosóficos e médicos, como um sentimento natural, na tentativa de se preservar a infância por razões demográficas e econômicas, inserindo a mãe em uma posição de importância social. Esta que por muitos anos viveu em uma posição semelhante à posição das crianças nos sistemas patriarcais, pela primeira vez se viu como uma peça importante para a sociedade diante do papel da maternidade.

Sobre a maternidade da mulher negra, pouco explorada na literatura histórica, Silva (2020, p. 29) [3] destaca que “a criação dos ideais e símbolos que representavam a maternidade, estão diretamente ligados à imagem de uma mulher branca, tendo na mulher negra a evocação do instinto materno para estar a serviço dos brancos como amas e mães-pretas”. Já Davis (2016) [4]

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, mithalycorrea@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, lizie.calmon@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, gabirz@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, marcella.sandim@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, kmd@astro.ufrj.br

<sup>6</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, sabrinabferreira@gmail.com

discorre que a exaltação ideológica da maternidade, muito popular no século XIX, não se estendia às mulheres escravizadas. Estas mulheres não eram vistas como mães por seus proprietários, mas como instrumentos de ampliação da força de trabalho escrava. É de suma importância historicizar os processos que levaram as mulheres a serem confinadas nos espaços privados, a serem retiradas e afastadas de suas famílias e lares para cuidar, amamentar e maternar os filhos de famílias brancas no período escravagista, assim como a serem excluídas dos espaços públicos e, conseqüentemente, dos espaços de poder. É através dessa historicização que compreendemos como, ainda na contemporaneidade, mulheres-mães enfrentam inúmeros desafios para acessar e permanecer em determinados espaços.

Trazendo a maternidade como eixo de nossa análise, percebemos que os atributos que constituem e reforçam papéis de gênero -- evocando uma natureza feminina que destina as mulheres aos papéis reprodutivos e de cuidado -- incidem de forma mais intensa na vida da mulher-mãe; a consolidação da maternidade na vida da mulher, neste caso, se materializa de forma definitiva como o seu destino. O corpo da mulher grávida e a figura da mulher-mãe são historicamente associados à reprodução e ao espaço privado; o ato de ocupar e de existir em espaços públicos -- espaços associados à produtividade, como a universidade -- causaria sentimentos como estranheza, pena, repulsa, dentre outros. Esses sentimentos, reproduzidos através de discursos e olhares, acabam por colocar a mulher-mãe em uma posição de *não-lugar* (Fontel, 2019) [5]. Embora pesquisas indiquem que as mulheres atualmente são maioria no ensino superior, “o hiato de gênero e o déficit educacional das mulheres fizeram parte da realidade brasileira por cerca de 450 anos” (Beltrão e Alves, 2009, p.26). A maternidade e o casamento, ainda hoje, se apresentam como grandes obstáculos ao ensino feminino. As chances de evasão universitária aumentam, entre os 17 e 40 anos, pela presença de crianças na família, ou pelo fato de ser cônjuge (Andrade, 2016) [6]. A mesma pesquisa indica que, na faixa etária entre os 20 e 34 anos, a evasão universitária é maior entre as mulheres, correspondendo a faixa etária de nupcialidade destas sujeitas. Esses dados indicam que o trabalho de cuidado e o trabalho reprodutivo apresentam-se, ainda hoje, como uma forte influência na evasão universitária.

As estudantes mães de graduação e pós-graduação, em especial, passam por uma configuração situacional e relacional muito diferente das mães docentes. Considerando a faixa etária de ingresso na universidade, que se situa entre os 18 e 24 anos, a situação é exacerbada especialmente para as discentes de graduação, pois estas em grande parte vivem em dependência total ou parcial de suas famílias, ou estão em fase de transição para uma independência familiar em decorrência da maternidade e do casamento (Vasconcelos e Gomes, 2012) [7]. Outra questão que se apresenta no contexto situacional da mãe universitária é a necessidade que muitas destas estudantes têm em conciliar trabalho, maternidade e universidade. A confluência de fatores que atravessam a vida de discentes mães, tais como a falta de redes de apoio, a conciliação da maternidade com o trabalho e a universidade e a falta de assistência institucional, constituem fatores que colocam a discente mãe em uma posição de vulnerabilidade. Se faz portanto necessária a criação de políticas que permitam estas sujeitas a acessarem, permanecerem e a progredirem em suas carreiras, além da inclusão e visibilização das pautas maternas, reivindicadas por mães discentes que hoje se organizam por diversos coletivos de mães universitárias pelo Brasil.

Segundo Perez (2017) [8] os coletivos são movimentos sociais, com forte presença no meio universitário, que têm por característica promover eventos dentro da academia que alimentam debates sociais, especialmente sobre grupos oprimidos por clivagens sociais. Esses debates, por serem divulgados através das mídias digitais, geram força de atuação desses movimentos nas redes sociais, alimentando o debate acadêmico. Segundo a autora, a nomenclatura “coletivo” não é nova e a sua utilização tem crescido a partir de novas formas de organização que se opõem às organizações burocráticas e hierárquicas. Os coletivos são grupos de mobilização social caracterizados por serem pequenos, fluidos, não institucionais, de organização horizontal, que leva à ausência de hierarquias e que carregam consigo múltiplas pautas (Silva e Salvador, 2021) [9].

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, mithalycorrea@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, lizie.calmon@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, gabirz@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, marcella.sandim@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, kmd@astro.ufrj.br

<sup>6</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, sabrinabferreira@gmail.com

Dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), os coletivos universitários são um importante elemento de organização política e cooperação entre os estudantes, pois o diálogo com as reitorias, pró-reitorias, coordenações, secretarias e demais componentes das instituições poderão significar mudanças significativas para acolhimentos dos grupos em vulnerabilidade social inseridos nestes espaços, e por consequência na redução das desigualdades sociais dentro e fora da universidade.

Uma pesquisa recente feita por Silva e Salvador (2021) indica que atualmente existem 25 coletivos de mães universitárias no Brasil, sendo 2 destes de atuação nacional. Os demais coletivos estão dispersos no território brasileiro e alcançam 4 regiões: a região sudeste comporta a maioria dos coletivos mapeados, com um total de 15 coletivos; as regiões centro-oeste e sul, ambas com 3 coletivos; e a região nordeste, com 2 coletivos. Ainda segundo esse mesmo estudo notamos o rápido surgimento destes coletivos: o primeiro coletivo de mães universitárias surgiu em 2010; entre os anos de 2014 e 2016 surgem mais 3 coletivos; entre os anos de 2017 e 2019 surgem mais 13 coletivos; e no ano de 2020, mais 8 coletivos são criados. Nota-se, a partir desta pesquisa, que há um aumento progressivo na criação de coletivos no decorrer destes 11 anos, com um pico de criação de coletivos no ano de 2020. Segundo Silva e Salvador (2021 *apud* OLIVEIRA; SOUZA, 2020), os coletivos de mães universitárias em geral visam a criação de redes de apoio e de debates para: (1) gerar a reflexão quanto aos desafios da conciliação entre estudo e maternidade dentro das instituições; e (2) para a construção de um diálogo com a instituição a fim de que sejam implementadas políticas de permanência para estas sujeitas.

No caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Coletivo Mães da UFRJ (CMUFRJ) foi criado em 2019 e desde então vem criando estratégias de resistência frente às institucionalidades, organizando-se principalmente através das redes sociais, assim como apontam as pesquisas que versam sobre as formas de atuação dos coletivos em geral. Uma de suas primeiras iniciativas foi a criação da “Rede de Apoio Materno” que consistia em uma rede de voluntárias internas ao coletivo que disponibilizavam seus contatos e dias de disponibilidade, preenchidos numa planilha editável, para auxiliar mães sem rede de apoio a assistirem aulas ou participarem de atividades acadêmicas.

O CMUFRJ organizou também, em novembro de 2019, junto ao Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade (Niem), o 1º seminário sobre Maternidade na Graduação - UFRJ. O intuito deste evento, organizado no Instituto de Geociências da UFRJ, foi de ocupar o espaço universitário, através de mesas de debates e de palestras de pesquisadoras que se debruçam sobre pesquisas relacionadas à maternidade e gênero. O evento foi organizado por mães do CMUFRJ que, através de um trabalho conjunto, organizaram um espaço de recreação infantil e um fraldário a partir de doações de materiais, tais como trocadores descartáveis, tapetes e brinquedos. O seminário contou com a presença de quatro representantes de coletivos de mães universitárias (UFRJ, UFF, UFRJ e UFSC), quatro pesquisadoras palestrantes, duas mesas de conversa e uma apresentação artística.

A partir do ativismo e das ações do coletivo Mães da UFRJ, foi criado no início de 2020 o Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - Núcleo Materna. Composto por mães discentes de graduação e pós-graduação, docentes e ativistas da causa materna de diversas partes do Brasil, o núcleo tem como objetivo visibilizar e incentivar os estudos em maternidade, acreditando que a criação de espaços voltados à pesquisa em maternidade alimentam a produção de dados que servem de base para a promoção de políticas públicas e de permanência universitária, auxiliando os ativismos maternos existentes.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, mithalycorrea@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, lizie.calmon@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, gabirz@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, marcella.sandim@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, kmd@astro.ufrj.br

<sup>6</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, sabrinabferreira@gmail.com

Os ativismos maternos universitários ganharam força no auge da crise sanitária de COVID-19. Dentro da UFRJ, a partir de uma articulação entre três principais movimentos -- o CMUFRJ, as mães integrantes da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG/UFRJ) e o Movimento de Mães e Pais Docentes da UFRJ do campus de Macaé -- foi institucionalizado em dezembro de 2020 o Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero da UFRJ (GTPEG/UFRJ), através da Portaria nº 8772, de 9 de Dezembro de 2020. O GTPEG reúne desde sua origem em seu grupo de atuação mães e pais, dentre eles discentes de graduação e pós-graduação integrantes do CMUFRJ e da APG/UFRJ, servidores técnico-administrativos em educação, representantes das pró-reitorias da instituição, embaixadores do Movimento Parent In Science, bem como docentes de diversos campi da UFRJ. Com a criação do GTPEG/UFRJ diversos movimentos que antes atuavam de forma isolada, tiveram a oportunidade de se articularem e, a partir desta articulação, criaram o projeto de extensão “Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mães da UFRJ”.

O projeto surgiu com o objetivo de promover a equidade de gênero dentro e fora da UFRJ, desenvolvendo ações que se debruçam sobre questões relacionadas à maternidade. Colocando a prática, a dialogicidade e a interdisciplinaridade como pilares e articulando-se sobre três eixos de atuação: acesso, permanência e progressão de mães na universidade. O projeto institucionalizou-se com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UFRJ (PR5/UFRJ) em março de 2021 e desde então vem trabalhando com uma equipe composta integralmente por mães. Apesar do seu pouco tempo de atuação, o projeto construiu ações como o “Curso de Introdução aos Estudos Críticos da Maternidade”, os grupos de “Escuta Qualificada”, a ação “OcupaMãe!”, o seminário “Maternidades Plurais em Diálogos”, além de diversas participações em mesas de debate e eventos, como o “Festival do Conhecimento UFRJ 2021 - Futuros Possíveis” e o “IX Congreso Nacional de Extensión y VIII Jornadas de Extensión del Mercosur”.

As ações do projeto são construídas em conjunto com a participação ativa de um grupo de mais de 15 alunas extensionistas e com o apoio de movimentos parceiros -- incluindo Parent in Science e o Núcleo Materna. Coletivamente visam estimular o acesso, a permanência e a progressão de mães na universidade, através da abertura de espaços para debates, da construção de diálogos, da troca de experiências, da orientação acadêmica, do debate científico e da escuta qualificada. A prática extensionista facilita a criação de redes, sendo uma ferramenta eficaz para trabalhar temas interdisciplinares e questões que dependem da integração de diversos eixos, como a equidade de gênero. Seus participantes são sujeitos da ação e não meros “depósitos” de conteúdo e a prática facilita o intercâmbio de ideias entre sociedade e universidade e, conseqüentemente, estimula a criação de ações semelhantes em outros espaços.

Os coletivos maternos, através de suas articulações com diversos movimentos, abriram caminho para que a maternidade ganhasse espaço na academia, tanto como questão social, tanto como ciência, gerando ações e pesquisas que atuam em prol das mães universitárias. A extensão, a exemplo do projeto “Mães na Universidade”, se coloca hoje como um caminho possível para que o ativismo materno adentre as demais IES, alcançando mães diversas, sejam elas universitárias, ou não, além de abrir diálogos entre a universidade e a sociedade, promovendo, desta forma, a equidade de gênero em diversos espaços.

#### **Referências Bibliográficas:**

BELTRÃO, K. I., ALVES, J. E. D. A Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, mithalycorrea@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, lizie.calmon@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, gabirz@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, marcella.sandim@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, kmd@astro.ufrj.br

<sup>6</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, sabrinabferreira@gmail.com

BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, J. M. S. Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTEL, L. S. (2019). Mães na universidade: Performances discursivas interseccionais na graduação. 102f. [Dissertação Mestrado em Linguística Aplicada]. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ANDRADE, M. O. Os gêneros e a evasão no ensino superior: estudo de caso da faculdade governador Ozanam Coelho. Revista Científica Fagoc Multidisciplinar, v. 1, p.60, 2016.

VASCONCELOS, A. M. N; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012. On-line.

PEREZ, O. C., FILHO, A. L. A. S. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. Latitude, 2017.

SILVA, J. M. S., SALVADOR, A. C. Coletivos De Mães Universitárias Rompendo Com A História Da Exclusão Feminina Nas Universidades. Anais do 31º Simpósio Nacional de História. organização Márcia Maria Menendes Motta. -- 1. ed. -- São Paulo : ANPUH-Brasil, 2021.

**PALAVRAS-CHAVE:** maternidade na história, permanência universitária, mães universitárias, coletivos de mães universitárias, ativismo materno

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, mithalycorrea@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, lizie.calmon@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, gabirz@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, marcella.sandim@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, kmd@astro.ufrj.br

<sup>6</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, sabrinabferreira@gmail.com